

AVISO DE PRIVACIDADE

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A aplicação deste Aviso será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso; da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação e o da responsabilização e da prestação de contas.

1. DEFINIÇÕES:

Para melhor compreensão deste documento, neste(a) Aviso (ou Política) de Privacidade, consideram-se:

- a) Dado Pessoal: Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.*
- b) Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.*
- c) Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.*
- d) Agentes de tratamento: O controlador e o operador. Os indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores;*
- e) Controlador: órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento;*
- f) Controladoria Conjunta: determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD;*
- g) Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.*

- h) *Suboperador: contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante a LGPD em relação às atividades que foi contratado para executar, no que se refere às responsabilidades;*
- i) *Encarregado: pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidade e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD*
- j) *Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.*
- k) *Dado Anonimizado: Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.*
- l) *Autoridade Nacional: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.*
- m) *Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.*
- n) *Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.*
- o) *Incidente de segurança com dados pessoais: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais*
- p) *Órgão de Pesquisa: Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.*
- q) *Transferência Internacional de Dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.*
- r) *Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se*

referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

s) Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO:

2.1 - O tratamento de dados pessoais é realizado com base no art. 7º, inciso III da LGPD e se limita ao cumprimento das finalidades descritas no item 8 deste Aviso de Privacidade.

3. CONTROLADOR:

3.1 - Nome do Controlador:

Secretaria Municipal da Casa Civil

3.2 - Endereço do Controlador:

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 13º andar

Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.211-110

Horário de Atendimento

9h às 17h (segunda a sexta)

3.3 - Endereço eletrônico do Controlador:

<https://casacivil.prefeitura.rio/>

3.4 - Telefone para contato:

(21) 2976-3157

3.5 - Nome do(a) encarregado(a) de dados do Controlador:

Amanda da Costa Coelho Lobato – Titular

Samir de Menezes Costa – Suplente

3.5.1 - E-mail do(a) encarregado(a) de dados do Controlador:

lgpd.cvl@prefeitura.rio

4. OPERADOR:

4.1 - Nome do Operador:

Empresa Municipal de Informática - Iplanrio

4.2 - Endereço do Operador:

Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 (Centro Empresarial Rio Cidade Nova),
7º e 8º andar, Cidade Nova, CEP 20211-903
Horário de Atendimento
8h às 19h

4.3 - Endereço eletrônico do Operador:

<https://iplanrio.prefeitura.rio/>

4.4 - Telefone para contato:

(21) 2088-4925

4.5 - Nome do(a) encarregado(a) de dados do Operador:

Antonio Sergio de Oliveira Luiz – Titular
Márcia Costa de Souza Lima – Suplente

4.5.1 - E-mail do(a) encarregado(a) de dados do Operador:

encarregados.iplanrio@prefeitura.rio

5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:

5.1 - O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

a) Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

b) Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

c) Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

e) Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos

dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:

6.1 - A utilização de determinadas funcionalidades do Sistema de Gerenciamento de Pessoas Atuantes (STAFF) considera o tratamento dos seguintes dados pessoais:

- a) Nome completo;*
- b) Nome social;*
- c) Número de inscrição no CPF;*
- d) Matrícula;*
- e) Cargo;*
- f) Regime Jurídico;*
- g) Função;*
- h) Lotação de exercício;*
- i) Lotação de provimento;*
- j) Endereço de e-mail institucional;*
- k) Endereço de e-mail alternativo;*

7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

7.1. Os dados pessoais utilizados no serviço são coletados de duas formas:

- *Por integração - o STAFF incorpora dados dos (servidores e estagiários) por meio de integração com o sistema ERGON.*
- *Por entrada de dados - Ação realizada pelos Administradores Locais) com coleta de dados nas seguintes hipóteses:*
 - 1. usuários da MOBIRIO, INVESTRIO e CCPAR, pois não utilizam o sistema ERGON;*
 - 2. prestadores de serviços terceirizados.*

8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE

8.1. Os dados pessoais coletados e utilizados no serviço têm como propósito centralizar as informações dos possíveis usuários de sistemas corporativos da PCRJ. No caso específico deste Aviso de Privacidade trataremos da finalidade do uso dos dados pessoais no âmbito do sistema SEI.

A unificação dos dados dos possíveis usuários do SEI permite a **consulta e validação dos dados** por parte dos Administradores Locais do SEI, a **coleta de dados no caso de terceirizados** e a **transferência dos dados, por meio de integração**, para armazenamento na base do SEI.

Abaixo detalhamento da finalidade do tratamento para cada dado tratado:

DADO	TRATAMENTO	FINALIDADE
Nome completo	Consultar / Coletar / Armazenamento	Identificação do usuário
Nome social	Consultar / Coletar / Armazenamento	Identificação do usuário
Número de inscrição de CPF	Consultar / Coletar / Armazenamento	Identificação do usuário
Matrícula	Consultar / Armazenamento	Identificação do usuário
Cargo	Consultar / Coletar / Armazenamento	Utilizada como referência de assinatura de documentos no SEI
Regime Jurídico	Consultar / Armazenamento	Suporte ao controle de perfil de autorização de permissão do usuário
Função	Consultar / Coletar / Armazenamento	Utilizada como referência de assinatura de documentos no SEI
Lotação de exercício	Consultar / Coletar / Armazenamento	Validação de informação para permissão
Lotação de provimento	Consultar / Coletar / Armazenamento	Validação de informação para permissão
Endereço de e-mail institucional	Consultar / Coletar / Armazenamento	Suporte a rotinas de recuperação e geração de senhas
Endereço de e-mail pessoal	Consultar / Coletar /	Suporte a rotinas de recuperação e

<i>alternativo</i>	<i>Armazenamento</i>	<i>e geração de senhas</i>
--------------------	----------------------	----------------------------

DEFINIÇÃO DE TIPOS DE TRATAMENTO:

- a) ACESSO - ato de ingressar, transitar, **conhecer ou consultar a informação**, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;
- b) ARMAZENAMENTO - **ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado**;
- c) ARQUIVAMENTO - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
- d) AVALIAÇÃO - analisar o dado com o objetivo de produzir informação;
- e) CLASSIFICAÇÃO - maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
- f) COLETA - **recolhimento de dados com finalidade específica**;
- g) COMUNICAÇÃO - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- h) CONTROLE - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- i) DIFUSÃO - ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;
- j) DISTRIBUIÇÃO - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- k) ELIMINAÇÃO - ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;
- l) EXTRAÇÃO - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- m) MODIFICAÇÃO - ato ou efeito de alteração do dado;
- n) PROCESSAMENTO - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
- o) PRODUÇÃO - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;

- p) RECEPÇÃO - ato de receber os dados ao final da transmissão;
- q) REPRODUÇÃO - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- r) TRANSFERÊNCIA - **mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;**
- s) TRANSMISSÃO - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;
- t) UTILIZAÇÃO - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

Os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados com a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e demais órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Município, para fins de controle interno e externo da Administração Pública Municipal.

9.1. O uso, acesso e compartilhamento da base de dados formada nos termos do presente Aviso de Privacidade poderão ser feitos dentro dos limites e propósitos das atividades legais e competências do órgão/entidade. As bases poderão ser fornecidas e disponibilizadas para acesso e/ou consulta de:

9.1.1. *Investigações judiciais:* O órgão/entidade poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais em caso de determinação judicial.

10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:

10.1. *Não haverá transferência internacional de dados pessoais no escopo do Sistema de Gerenciamento de Pessoas Atuantes (STAFF).*

11. SEGURANÇA DOS DADOS:

11.1 *O Sistema de Gerenciamento de Pessoas Atuantes (STAFF) não utiliza cookies próprios ou de terceiros em seu desenvolvimento.*

12. TRATAMENTO POSTERIOR DOS DADOS PARA OUTRAS FINALIDADES:

12.1. Os dados coletados dos titulares de dados no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Pessoas Atuantes (STAFF) não terão outras finalidades além das descritas no item o deste Aviso de Privacidade.

13. MUDANÇAS:

13.1. A presente versão (1.0) deste instrumento foi atualizada pela última vez em: Março/2026.

13.2. O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do Sistema de Gerenciamento de Pessoas Atuantes (STAFF), seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

13.3. Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

14. FORO:

14.1. Este instrumento será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.